

PROFESSORES QUESTIONAM NOVAS REGRAS CONTRATUAIS

Reunidos em assembleia no dia 2/2, na sede da APROPUC, os professores discutiram exaustivamente as novas regras para o contrato docente deliberadas pelo Conselho de Administração (Consad). Os presentes decidiram unanimemente pela abertura de um processo de discussão com todo corpo docente e discente a fim de viabilizar soluções conjuntas, alternativas à maximização e a precarização das condições de trabalho, apoiando a decisão do Consun contrária à maximização (já expressa pela assembleia anterior da APROPUC), e contra o ato 01/2011 da Reitoria.

Também foi aprovada a criação de três comissões de trabalho, uma financeiro-administrativa, outra sobre contratos de trabalho e a terceira sobre projetos para a universidade que aglutinarão professores interessados em ampliarem a discussão sobre estas questões.

Foi aprovada também a realização de um debate na primeira semana letiva, juntamente com calouros e veteranos, onde a questão contratual bem como a situação da universidade serão discutidas.

CRISE DA UNIVERSIDADE

Como poucas vezes nestes últimos anos, a assembleia aprofundou um debate sobre a crise que vivemos, procurando não somente ater-se aos fatos imediatos, mas debatendo as razões da crise que hoje enfrentamos.

Ficou claro, durante quase quatro horas de discussão, que as medidas tomadas no final do semestre passado, precarizando os contratos docentes, não são meramente conjunturais, mas refletem toda uma concepção de universidade que hoje é implementada pelos gestores.

A principal crítica dos docentes referia-se à aplicação das recentes medidas financeiras sem que o acadêmico seja priorizado: "quando a universidade rebaixa o seu nível de trabalho comete um suicídio acadêmico, pois está condenando-se à destruição enquanto instituição", afirmou o professor Raul da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Os professores Franklin Goldgrub e Ana Bock, também da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde defenderam a entrada dos docentes na discussão fi-



Professores reunidos na sede da APROPUC

VALERIO PAVIA

nanceira da universidade, para que, apoderando-se dos dados econômicos os docentes possam injetar pensamento acadêmico no administrativo.

PROJETO DE UNIVERSIDADE

Analisando os números da universidade, a professora Priscilla Cornalbas, da Faculdade de Educação, enfatizou que a crise não é financeira, uma vez que a dívida vem paulatinamente diminuindo, mas do projeto que hoje é implantado na PUC-SP, e que já foi viabilizado em outras instituições católicas, com resultados lamentáveis do ponto de vista da democracia universitária.

A professora também

lembrou a ilegalidade das medidas uma vez que a Convenção do Sinpro-SP estipula prazos para a anuência do professor à sua nova carga horária, prazos estes que foram totalmente desrespeitados pelos gestores.

Os professores também questionaram o grau de esvaziamento das reuniões que hoje acontecem nos órgãos colegiados, pois, via de regra, uma decisão das instâncias deliberativas da universidade têm de passar pelo Consad, que é quem de fato tem decidido.

Na página 2 publicamos as repercussões do Ato do reitor/Fundação sobre os contratos docentes e, na página 3, relatamos as decisões da assembleia sobre a negociação do Acordo Interno com a Fundação e a Reitoria.

Novas regras contratuais tumultuam início do semestre

Mais uma vez a PUC-SP tem um início de semestre confuso. A atribuição de aulas, que teve seu início em outubro de 2010, teve que ser refeita pelos departamentos, já que o Consad deliberou que associados e titulares terão que seguir as regras da maximização tanto na pós como na graduação.

Outra deliberação do Consad, o fim da chamada flexibilização na aplicação da deliberação 65/78 pelo topo, também provocou apreensão entre os docentes. No dia 13/1 o reitor e os secretários-executivos publicaram ato onde fixavam esses patamares (18 horas para Tempo Integral, 14 para TP-30, 11 para TP-20 e 7 para TP-10). Os diretores de faculdade mostraram a sua preocupação com os possíveis efeitos da medida e no dia 21/1 o reitor divulgou um ato onde ainda se viam algumas exceções (um contrato de tempo integral poderia ser composto por 17 ou 18 créditos), mas insistia na maximização total de titulares e associados (veja detalhamento da tabela na página ao lado). As medidas repercutiram negativamente na mídia, a *Folha de S. Paulo* publicou em 19/1 matéria com o título "PUC aumenta carga horária dos professores".

SITUAÇÃO NAS FACULDADES

Segundo o *PUCviva* apurou, boa parte das faculdades ainda não têm um quadro definitivo dos estragos que a deliberação

provocou. Na Faficla, na Faculdade de Ciências Sociais e na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, por exemplo, os diretores aguardam relatórios de alguns departamentos para avaliarem a situação.

De um modo geral ainda não se tem notícias de demissões por conta da "maximização da maximização", mas várias faculdades tiveram de recorrer à redução de cargas horárias para que os docentes não ficassem sem horas letivas. É o caso, por exemplo, de alguns departamentos da Faculdade de Educação onde os professores tiveram que suportar uma redução de 10 horas contratuais. No campus Marquês de Paranaguá a situação só não foi mais dramática em função da abertura de dois cursos novos que absorveram professores que provavelmente ficariam sem aulas.

Outro fantasma que assombra alguns cursos é a baixa procura. Com a limitação imposta pelo Consad de números mínimos para aberturas de turmas algumas delas deixarão de funcionar, também obrigando os docentes a diminuir o seu contrato.

Porém, maior apreensão ainda é o que deve estar reservado para o segundo semestre, quando a deliberação atual deixará de existir e novas regras poderão piorar ainda mais a situação. Durante a assembleia da APROPUC ficou evidente que a situação pode piorar, tendo em vista algumas declarações dos gestores narradas pelos presentes.

A convocatória da APROPUC

Tão logo a diretoria da APROPUC tomou conhecimento do Ato do Reitor convocou uma assembleia dos docentes e expressou numa convocatória a sua indignação com a medida. Abaixo reproduzimos o texto.

Professor(a),

A deliberação nº01/2011 do Reitor/Fundação São Paulo constitui uma medida de força contra os contratos de trabalhos por tempo e leva a substituição do contrato de tempo para hora-aula.

Na medida em que estabelece o teto mínimo de créditos 18 para 40h - 14 para 30h - 11 para 20h e 07 para 10h aumenta a carga de trabalho para o mesmo salário já defasado e com aplicação de tabelas diferenciadas.

Aplica indistintamente o mesmo contrato para todas as categorias da carreira sem dispensar as outras atividades obrigatórias inerentes à carreira (pesquisa, publicações, atividades complementares, participação em congressos, orientações etc.).

Por conta da necessi-

dade imposta a todos os professores de assunção de mais horas em sala de aula para a manutenção de seu contrato de trabalho, tal medida provocará redução de contratos, disputa entre os professores por turmas e demissões.

A existência de uma tabela transitória a ser aplicada apenas no primeiro semestre/2011 é uma manobra da Reitoria/Fundação para obrigar os professores a fazer uma redistribuição forçada da carga horária, no primeiro semestre, para, no segundo semestre, aplicar integralmente as medidas, resultando em demissões.

Este ato destrói definitivamente todas as condições de ensino e pesquisa que duramente foram conquistadas pelos professores nesta Universidade.

Diante de tamanha violência, chamamos os professores para Assembleia, dado que é necessário agir coletivamente. Esta assembleia deve se posicionar contra estas medidas e preparar a luta de resistência.

Diretoria da APROPUC

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 -
CEP: 05009-000 -
Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 -
Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Luana Lila

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Tabela provisória regulamenta o contrato docente

Em 2006, no auge da crise financeira da PUC-SP, o Consun decidiu pela chamada maximização da deliberação 65/78, ou seja a norma estabelecia limites máximos e mínimos para cada tipo de contrato, mas o Conselho decidiu que só valeriam os números máximos.

Diante da ponderação de vários professores foram estipuladas algumas exceções. Assim, um professor

que ministrasse 17 horas-aulas poderia ter um contrato de tempo integral se atingisse um número elevado de turmas e programas. Também os titulares e associados ficaram fora dos padrões máximos, uma vez que pela deliberação sobre a carreira ele deveria ter outro tipo de produção.

Foram exatamente estes dois pontos que o Consad atacou em sua última reunião de 2010, estabelecendo

o fim das exceções e o enquadramento de titulares e associados à regra geral.

Porém diante das ponderações dos diretores de faculdade a tabela foi modificada contemplando mais alternativas para composição das horas contratuais na graduação, mas mantendo o enquadramento de titulares e associados, a nova tabela vale somente para este semestre (veja tabela ao lado).

Novas cargas horárias da graduação	
Nº de créditos	Horas
3	5
4	5
5	5
6	10
7	10
8	15
9	15
10	20
11	20
12	25
13	30
14	30
15	35
16	35
17	40
18	40

APROPUC discute acordo interno com os gestores

Nesta terça-feira, 8/2, a diretoria da APROPUC reúne-se com a Fundação São Paulo e o reitor para discutir o Acordo Interno de Trabalho dos docentes da PUC-SP, cujo vencimento aconteceu em 28/2.

Em outubro de 2010, após vários meses, a Fundação São Paulo fechou um texto de Acordo Interno com a APROPUC. A entidade pretendia que o acordo tivesse vigência até 2012, porém a Fundação aceitou somente a validade atual com os benefícios retroagindo até 01/março/2010.

Na assembleia de 2/2 a professora Bia Abramides, presidente da APROPUC, colocou em discussão o texto do Acordo para que os docentes se manifestassem sobre ele. Na oportunidade os professores avaliaram que o texto representa um avanço frente ao texto da Convenção Coletiva do Sindicato dos Professores (Sinpro-SP) e, nesse sentido, optaram pela sua manutenção. Ao

lado reproduzimos os tópicos do texto atual que representam avanços em relação ao texto do Sinpro-SP.

DÍVIDA SALARIAL

Também no dia 24/2 acontece uma audiência envolvendo o Sinpro-SP, Fundação São Paulo e a APROPUC, na Justiça do Trabalho, para discutir a ação movida pela entidade para o cumprimento da dívida salarial de 2005.

Naquele ano a universidade deixou de reajustar os salários docentes em 7,66%. Durante os anos seguintes não conseguiu-se chegar a um acordo sobre a forma de pagamento do montante acumulado e do reajuste no salário.

A atual diretoria tentou desde o final de 2009 uma negociação com o novo reitor e a Fundação São Paulo, mas os professores consideraram que as propostas apresentadas situavam-se muito aquém daquilo que lhes era

PRINCIPAIS VANTAGENS DO ACORDO INTERNO SOBRE A CONVENÇÃO COLETIVA
REGIME CONTRATUAL: No Acordo Interno o contrato é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial e deve ser estabelecido por prazo indeterminado. Esta cláusula não consta da Convenção Sinpro.
ADICIONALTEMPO DE SERVIÇO: 5% a cada 5 anos trabalhados até o máximo de 15 anos. Não consta da Convenção Sinpro.
GARANTIA AO PROFESSOR EM VIAS DE APOSENTADORIA: Ao Professor que estiver no máximo a 36 meses da aquisição do direito à aposentadoria, especial ou não, e que contar com o mínimo de 5 anos de trabalho na Fundasp fica garantida a estabilidade no emprego. Na Convenção este prazo é de 24 meses.
BOLSAS DE ESTUDO: O Acordo Interno garante bolsas para o professor, seus filhos ou dependentes, para cursos de graduação, pós-graduação e Cogeae, na base de duas gratuidades concomitantes na Graduação, Pós e Cogeae. Na Convenção Coletiva existe limite de 25 anos para o dependente e as dependências serão pagas pelo bolsista. No novo texto o professor que for demitido e tiver dependentes cursando uma das unidades da PUC-SP fica assegurada a bolsa até o final do semestre ou, caso já tenha completado 70% do curso até o seu final.
O Acordo Interno da PUC-SP, prevê licença acadêmica para qualificação no exterior; licença para qualificação acadêmica; licença por doença de filhos e cônjuge; licença para função pública., itens não previstos na Convenção Coletiva
DIRETORIA DA APROPUC: terá estabilidade no emprego durante 2 anos de mandato. Fica assegurada à diretoria da APROPUC até 40 horas de licença sem vencimentos distribuídas entre os diretores. A remuneração e os encargos pagos aos diretores da APROPUC serão reembolsados pela associação à Fundasp. Na Convenção estes direitos não são reconhecidos.
PROFESSOR SUBSTITUTO: Ficam garantidos entre outros: Benefício da gratuidade previsto na cláusula 22 do presente Acordo Interno, restrito ao período do contrato de substituição; participação em processos de seleção para outras substituições, dentro do limite da carga horária máxima (40 horas). Na Convenção esta cláusula não é contemplada.

devido e não incorporava aos salários docentes o reajuste de 7,66% devido aos docentes. Assim só restou o recurso de entrada na Justiça do

Trabalho, que marcou a primeira audiência para o dia 24 deste mês, às 10h, no Fórum Trabalhista Rui Barbosa, Rua Marquês de São Vicente, 235.

Consad se reúne e não discute contrato de trabalho docente

Nesta quinta-feira, 3/2, o Consad (Conselho Superior de Administração) fez a primeira reunião do ano e não tocou no assunto do contrato de trabalho docente, tema que tem levantado importantes debates desde o final de 2010.

Um dos principais temas discutidos ao longo da reunião foi à questão das bolsas de estudos. Um desses casos foi o de uma funcionária que pleiteava uma bolsa para fazer um

doutorado na universidade. Ela já havia feito graduação e mestrado pela PUC-SP e deseja se tornar docente.

O pró-reitor de relações comunitárias, Hélio Deliberador, encaminhou um parecer em que pedia o indeferimento da bolsa, pois isso seria "um aprimoramento do aprimoramento que não acrescentaria nada de substancial da sua atividade funcional".

Esse caso ilustra a limi-

tação da política de bolsas da PUC-SP para funcionários que na maioria das vezes concede bolsas somente quando os estudos estão diretamente ligados à atividade desempenhada na universidade. Esse critério desconsidera a vontade do funcionário que pode querer no futuro desempenhar outra função que não a que faz no momento.

O reitor Dirceu de Mello pediu vistas do processo para poder analisá-lo melhor, apresentando na próxi-

ma reunião um parecer sobre o assunto.

CONTRAÇÃO DE PROFESSORES

Durante a reunião foi aprovada a contratação de alguns professores, dentre eles o professor de Serviço Social José Paulo Neto. Também foi aprovada a reforma da biblioteca do Campus Ipiranga da PUC-SP e a reforma curricular do curso de Ciências Econômicas.

CAs organizam calourada unificada

Vários Centros Acadêmicos da PUC-SP se reúnem desde o final do ano passado para organizar no início do ano letivo uma calourada unificada. A intenção é receber os novos estudantes com festa, mas também mostrando as contradições presentes na universidade.

De acordo com a programação, a primeira semana foi reservada para que cada CA organize atividades voltadas para seus próprios cursos, com o objetivo de aproximar os calouros da realidade do curso que escolheram.

Cada CA organizará livremente suas atividades. No Jornalismo, por exemplo, o CA Benevides Paixão promoverá duas palestras com jornalistas conceituados da atualidade que abordarão de forma crítica a profissão, além de um Tour pela PUC-SP, para apresentar a universidade para os primeiros anistas.

No curso de Direito, por sua vez, entre os dias 16 e 18/2 acontecerão ro-

das de debates que discutirão temas importantes para as profissões como a obrigatoriedade do exame da ordem e a precarização do mercado de trabalho. Esses são alguns exemplos das atividades que serão organizadas pelos Centros Acadêmicos, nas próximas edições divulgaremos mais eventos.

ATIVIDADES UNIFICADAS

A segunda semana de volta às aulas será marcada por vários debates: no dia 21/2 haverá uma mesa sobre concepção de universidade, dia 22/2 acontecerá uma roda de conversa sobre opressões na universidade. Já no dia 23/2 os estudantes debaterão o histórico recente da PUC-SP, abordando as diversas transformações pelas quais passou a universidade. Todas as atividades serão realizadas no Pátio da Cruz, no período da manhã e da noite.

Além das atividades, será entregue também um manual para orientar o calouro com informações básicas sobre a estrutura física da universidade, até textos mais políticos que expressam a visão dos Centros Acadêmicos sobre a situação da universidade.

ATIVIDADES LÚDICAS

Além dos debates e do manual do calouro foi definido que, assim como foi feito em 2010, este ano haverá uma série de atividades com caráter mais lúdico, para abordar de forma descontraída discus-

sões importantes e integrar os novos estudantes.

Haverá uma peça teatral encenada pelos próprios estudantes e uma grande festa de carnaval que percorrerá toda a universidade cantando marchinhas irreverentes sobre a realidade puqui-ana. Durante toda a semana também serão exibidos vídeos sobre as lutas que os professores, estudantes e funcionários da PUC-SP travaram ao longo da história da universidade.

O **PUCviva** acompanhará de perto as atividades da calourada noticiando os eventos.



RAPHAEL SANZ

Teatro que encenou o Consad na calourada de 2010

FALA COMUNIDADE

Polícia e cidadania

Edson Passetti

São onze horas da noite e encerramos nossa reunião de pesquisa. Saímos para um lanche. Mais tarde, dou carona a quatro pesquisadores. Em alguns instantes estaria na porta do edifício onde reside o último amigo. Na esquina da Rua Dr. Veiga Filho com a Amaral Gurgel, diante do semáforo vermelho, observo uma "batida" policial adiante, no Largo do Arouche. Poderia ter virado à esquerda ou à direita e escolhido uma rota de fuga de um imediato incômodo. Prefiro seguir em frente.

Um policial me pára e propõe o teste do bafômetro que não me recuso fazer. Em seguida, indica que estacione o automóvel em 45 graus. Estão à nossa frente 4 ou mais viaturas enfileiradas e ao seu redor vários policiais armados. Dois deles, com as mãos nos revólveres intimam-nos a sair do carro. Perguntam, de forma autoritária, se temos passagem. Conhecedores da linguagem, respondemos: não! Exigem os documentos de identificação de cada um e do automóvel. Procuro responder de forma amistosa e me informar sobre o que acontece. Eles exigem que me cale e os tratem por senhor. Esbravejam respeito às suas autoridades com lapidárias frases histriônicas próprias a uma comédia vulgar e ordenam que esperemos na calçada. Pergunto-me: como seria tratada uma senhora ou uma garota que passasse naquele local, na mesma hora, por policiais tão superiores, autoritários e presunçosos?

Como sempre, na ma-

drugada ou à luz do sol, os tenso policiais consideram cada cidadão um suspeito, um sujeito perigoso, alguém que deve obedecer às suas ordens sem responder, ou um submisso esparto e capaz de representar o ato esperado dos delinquentes: mãos para trás, um sim, senhor para qualquer ordem, cabeça baixa, enfim, a velha e velhaca cena contracenada pelo policial e o bandido numa batida.

Eles não admitem estar diante de um cidadão, mas tratam cada um como um vagabundo consumado, enquanto verificam os documentos. Rememoro, rapidamente, os tempos da ditadura e as batidas idênticas a essa durante a caça aos subversivos: todo policial vê o cidadão como um fora da lei enquanto ele, simultaneamente, é a lei e está acima da lei. Estabelece-se um comando apodrecido que pretende a sujeição do cidadão à autoridade policial e deixá-lo reduzido, muitas vezes, à condição de passageiro para o cárcere. Reproduz-se a conduta autoritária que deve silenciar e que exige obediência calada do cidadão.

Não apresento o documento do automóvel. Eles querem saber quem é o proprietário. Comunico que posso solicitar que o documento esteja ali em poucos minutos. Eles dão as costas. Fazem o seu trabalho! Eu e meu amigo conversamos na calçada calmamente, depois de informarmos uma advogada pelo celular. Sabemos que tudo é possível. Uma palavra que desgraça o poderoso policial pode ser o início de um macabro teatro do absurdo! O tempo passa, alguns car-

ros são parados, outros seguem caminho. Decido ir ao policial e perguntar quanto tempo ainda demorará. Estamos cansados e eles nos querem dar uma canseira. O policial manda que eu espere. Volto a abordá-lo outras vezes até que depois de idas e vindas, ele fala mansamente, traçando reticências, que nos liberará em breve. Respondo-lhe, apenas, que aguardarei o documento de autuação e retorno à calçada.

Mais de 40 minutos depois nós entramos no carro para prosseguir.

Não só por exigências do meu trabalho de pesquisa, pergunto-me: qual o resultado dos variados programas implantados com dinheiro público para reformar a polícia? Cresceram as polícias e seus contingentes. Qual a diferença entre a polícia ditatorial e a polícia cidadã? Se a polícia imagina que a utopia do cidadão é a UPP, seguida da UPP social, e se cada cidadão quer mesmo que a polícia trate o outro como suspeito e bandido, isso é evidência de outro perigo a mais para cada um. A conduta entre o policial e o suspeito, seja ele quem for, permanece inalterada.

Pouco importa os quadros estatísticos sobre crescimento ou redução sazonal da criminalidade metropolitana, os relatórios científicos elaborados para colaborar com políticas públicas e/ou as intermináveis palestras sobre cidadania: a polícia permanece um agente repressivo poderoso como instituição porque cada policial, antes de tudo, é um repressor. Em nome da panacéia chamada combate à impunidade os cidadãos apreciam

sua conduta, por certo similar à sua com filhos, mulheres e subalternos... O governo policial sobre a vida encontra-se tanto no fardado como no civil e fortalece uma austeridade e um autoritarismo escancarados no cotidiano.

Assim, conserva-se a longo tempo a instituição, o policial e o cidadão educados pelo amor ao castigo, à punição, à obediência ao superior, produzindo uma sociedade de agentes e zeladores da ordem. Qual ordem? A do superior: seja ele um ditador ou um democrata disposto ao diálogo, compondo a sanha tolerante: a de fazer do outro aquele que deve ser manso e flexível para acatar o comando.

Como nem eu, nem meu amigo, tínhamos passagem (se tivéssemos, estigmatizados como qualquer infrator dimensionado como delinquente, estaríamos prestes a sermos encaminhados para a delegacia e...), tudo deveria acabar como mais um adendo à rotina do cidadão que não estava, naquele momento, com os documentos obrigatórios do automóvel.

Mas para um homem e pesquisador apreciador da liberdade não é assim que as coisas acabam. Não cabem as justificativas institucionais ou as palavras bem intencionadas dos reformadores do discurso policial. A polícia cidadã, armada ou não, científica e humanitária continua sendo a velha e podre polícia!

Edson Passetti, professor livre-docente da Faculdade de Ciências Sociais e coordenador do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol) www.nu-sol.org da puc-sp.

GAUCHE NA VIDA

UMA CARTA DE CESARE BATTISTI :

A história não se julga nos tribunais, ela será sempre matéria de historiadores

Caros companheiros(as), Há meia hora, nesta terça, antes da visita dos companheiros decidi escrever um recado para todos vocês que participam dessa luta em meu favor. Resultado: pouco tempo para escrever algo vigoroso; cabeça cheia de insultos grifados de uma cela a outra; e o espírito fica longe: palavras que não se deixam prender e, enfim, o recado é para já.

Tem-se dito e escrito tanto sobre esse "Caso Battisti" que já não sei mais distinguir direitinho o eu do outro. Aquele Battisti surgido do nada e jogado pela mídia como pasto paragado. Mas essas são só palavras, vazias como as cabeças desses mercenários que costumam facilmente trocar a pistola com a caneta e até uma cadeira no Congresso. No entanto, os companheiros/as de luta, assim, todos/as aqueles que ainda sabem ler atrás da "notícia", vocês sabem quem é quem, qual a minha história e também a manipulação descarada que está servindo a interesses políticos e pessoais, de carreira e de mercado: em 2004, depois de 14 anos de asilo, a França de Sarkozy me vendeu à Itália de Berlusconi em troca do trem-bala [comboio de grande velocidade] de Lyon-Turin. Desde o ano 2000 estamos assistindo à impiedosa tentativa do estado italiano enterrar definitivamente a tragédia dos anos de chumbo, jogando na prisão e le-

vando à morte o bode expiatório Cesare Battisti.

Entre centenas de refugiados dos anos 70 que se encontram em vários países do mundo, não fui escolhido eu por acaso nem pela importância do papel de militante, mas pela imagem pública que eu tinha enquanto escritor, o que me dava o acesso à grande mídia para denunciar os crimes de Estado naquela época e os atuais...

Eis que de repente há tantas coisas por dizer que eu não sei mais me orientar! Pela rua, claro, só a rua vai me dirigir até vocês. Na rua comecei mil anos atrás e nela continuo; nela mesmo onde será praticamente impossível evitar-nos. E então falo, falo de homens e de mulheres, de companheiros(as), de sonhos e de Estados (esses também ficam no caminho, de ladinho). Falo sobre minha vida que não conheceu hinos, nem infância, mas que em troca tive o mundo todo para brincar

com outra música que não essas fanfarras de botas.

Contudo, parece quase que estou falando como homem livre, não é? Porém, estou preso. Vai fazer quatro anos no próximo março. Ainda assim, essas cariátides da reação não conseguiram me pegar em tempo. Quase três anos se passaram (antes de eu ser preso), de rua a outra, nesse tempo conheci o país, cheirei o povo, me misturei a ele, ao ponto de quase esquecer o hálito fedorento dos cães de caça. Ainda estou preso, está certo, mas isso não me impede de sentir lá fora vossos corações batendo pela liberdade.

Talvez eu tinha que falar-lhes algo mais sobre esta perseguição sem fim, dar-lhes algumas dicas de como driblar a matilha. Mas acabei por pintar-lhes um abraço sincero e libertário. É o que conta.

Cesare Battisti,

18 de janeiro de 2011

Cesare Battisti é escritor. Participou, nos anos de 1970, do PAC (Proletários Armados pelo Comunismo). Em 1987, sua condenação, na Itália, à prisão perpétua, ocorreu à revelia e recorreu fartamente ao instituto da delação premiada. Preso no Brasil desde 2007, teve sua extradição negada pelo presidente Lula da Silva que, todavia, não mandou emitir o alvará de soltura. Repete-se o risco de extradição, pois o caso volta a exame pelo STF. O processo adquiriu significado fundamentalmente político. A carta, dirigida aos participantes do Movimento Battisti Livre, também pode ser lida em <http://passapalavra.info/?p=34644>. Foi repassada ao *PUCviva* por Lúcio Flávio R. de Almeida (Dep. de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais), que optou por não revisar o texto.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Mudando de lugar para prosseguir na luta

Em 21 de dezembro de 2010, formalizei minha saída, comunicada três dias antes, da Diretoria da APROPUC. Isto se deveu sérias e crescentes divergências, no conteúdo e na forma, sobre importantes aspectos do processo de decisões ali adotado. Minha saída já fora anun-

ciada antes de 18 de novembro de 2010, data da última ocupação da Reitoria pelos estudantes. E justamente devido a este fato, foi adiada.

Em razão do atual conflito trabalhista e acadêmico com a FUNDASP/Reitoria, atribuo importância fundamental à unidade de ação coletiva dos

professores em torno de sua entidade representativa e desta Diretoria. Deixo para um momento posterior a publicação da carta em que expus as razões de minha saída.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (Departamento de Política; Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais)

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ato declara apoio ao povo do Egito

No dia 4/2, foi realizado um ato em apoio ao movimento popular do Egito contra a ditadura Mubarak e a favor da autodeterminação dos povos. A passeata reuniu vários militantes e caminhou pelas ruas do centro da cidade. A organização foi da Frente em Defesa do Povo Palestino, que é composta por mais de 50 instituições entre centrais sindicais, movimentos sociais e entidades árabe-brasileiras e islâmicas.

Uma carta em apoio às manifestações populares, pedindo a renúncia de Mubarak, foi entregue ao Es-

critório Regional do Egito pela Frente em Defesa do Povo Palestino, no dia 3/2. Segundo o movimento, os protestos do Egito e da Tunísia são uma resposta aos regimes autoritários com interesses imperialistas aos quais os povos da região estão submetidos. A Frente também acredita que essas manifestações cumprem papel crucial na emancipação e autodeterminação dos povos do Oriente Médio.

O governo egípcio proibiu filmagens e fotografias nas ruas do país. Um hotel com diversos jornalistas no

centro de Cairo foi invadido por militares e dois jornalistas brasileiros da Rádio Nacional e da TV Brasil foram detidos, vendidos, confinados em uma sala sem ventilação e obrigados a voltar ao Brasil.

SOLIDARIEDADE DA APROPUC

A APROPUC esteve presente ao ato e entregou mensagem na qual expressa sua solidariedade à luta do povo egípcio. A íntegra do manifesto pode ser encontrada no endereço eletrônico www.apropucsp.org.br.

Continua luta pela liberdade de Battisti

No dia 31/12, o ainda Presidente da República Luís Inácio da Silva, negou o pedido de extradição de Cesare Battisti, formulado pela Itália. A decisão foi baseada no Artigo 3 da constituição que prevê a não extradição em casos de situação agravada que envolva motivos de raça, religião, sexo, nacionalidade, língua, opinião política, condição social ou pessoal.

Porém, Cezar Meluzo, presidente do Supremo Tribunal Federal, mesmo tendo a posição do Presidente da República, optou por não tomar uma decisão sobre o caso, mantendo Battisti sob cárcere.

A decisão causou revolta entre militantes e juristas que defendem a liberdade de Cesare Battisti. No dia 26/1, foi realizado um ato-debate na Faculdade de Direito da USP e, no dia 28/1, foi realizada uma manifestação pública no Consulado da Itália.

No dia 5/2, também foi realizada uma Plenária em apoio à liberdade de Battisti, no Sindicato dos Jornalistas.

O Comitê de apoio à Battisti de São Paulo fretará um ônibus que sairá de São Paulo, na terça-feira, 8/2, com destino a Brasília para realizar um ato durante a sessão do STF que julgará o caso. A APROPUC apoia o ato.

ABAIXO-ASSINADO

Além disso, vários juristas renomados lançaram um Manifesto Pelo Fim Imediato da Prisão Insustável e Inconstitucional de Cesare Battisti. Para assinar basta entrar no endereço www.blogdaglobal.org.

Abaixo assinado contra aumento parlamentar

No dia 15/12, foi aprovado o aumento salarial parlamentar, que equipará os salários de presidente da República, Vice-Presidentes, Ministros de Estado, Senadores e Deputados com os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, de R\$ 26.723,12. Os

reajustes variam de 62% a 140 %, dependendo dos cargos.

Os salários entram em vigor no dia 1/2 e estima-se que somente na Câmara Federal o aumento total será de R\$ 130 milhões. Por se tratar de um decreto legislativo, o projeto só precisa ser aprovado pelo Con-

gresso e não depende de ser sancionado pelo presidente da República.

Na internet, em repúdio ao aumento salarial dos parlamentares, está sendo realizado um abaixo assinado. Para participar, basta acessar a página <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2010N4596>

Prossegue mobilização pelo não aumento da tarifa de ônibus

No dia 5/1, o prefeito Gilberto Kassab autorizou o aumento da passagem do ônibus municipal de São Paulo que subiu de R\$ 2,70 para R\$ 3. O aumento de 11% é praticamente o dobro da inflação medida no ano, calculada em 5,9%. Esse é o terceiro reajuste na passagem realizado por Kassab, que aumentou de R\$ 2 para R\$ 2,30, em 2006, e para R\$ 2,70, em 2010. Totalizando um aumento de 50%.

O prefeito de São Paulo argumentou que o objetivo do au-

mento da tarifa era diminuir o subsídio da prefeitura para as empresas de ônibus de R\$ 660 milhões para R\$ 600 milhões. Porém, no orçamento de 2011, o subsídio aparece com o total de R\$ 743 milhões, um aumento de 12% para 2010.

O aumento da passagem do ônibus causou desconforto e revolta na população, principalmente os estudantes, que já realizaram cinco atos pedindo a redução da tarifa. Na primeira manifestação houve forte re-

pressão policial, com 31 manifestantes detidos e alguns feridos.

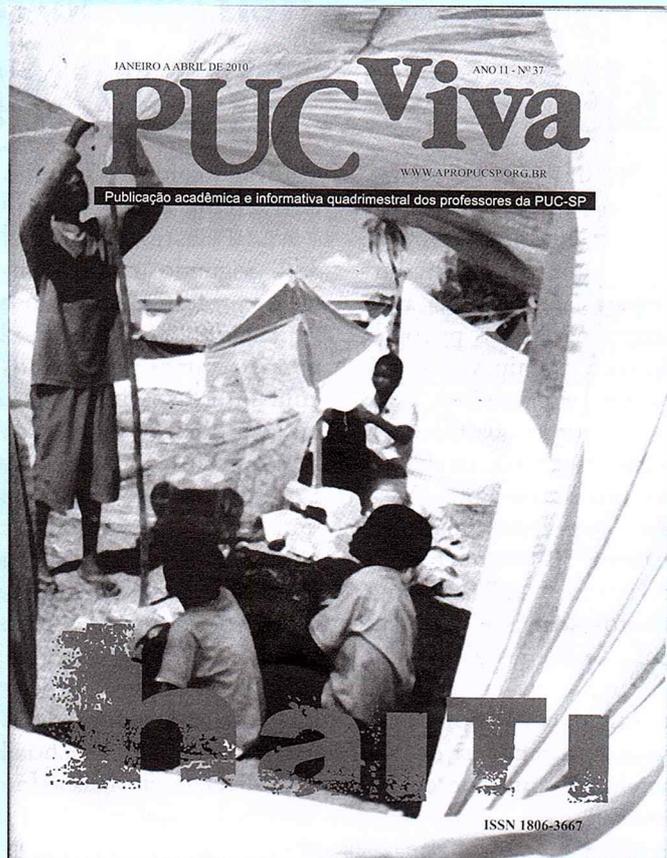
No entanto, o movimento não se desgastou e conseguiu forças para realizar atos semanais, que vêm ganhando mais adesão da população. No dia 27/1, foi entregue um pedido de Audiência Pública para debater o aumento da passagem. No dia 2/2, foi realizado um manifesto em frente à Câmara Municipal e no dia 3/2, um ato que percorreu as ruas da cidade.

ROLA NA RAMPA

APROPUC lança revista **PUCviva** sobre Haiti

Começa a ser distribuída a partir desta semana a edição 37 da revista **PUCviva** que debate a situação do Haiti. A revista relata a intervenção militar feita pelas tropas da ONU, chefiadas pelo Brasil, que desde 2004 sufocam as liberdades do povo haitiano. "Não por acaso, os artigos desta revista convergem para a defesa da retirada imediata das tropas invasoras, do fim do saque imperialista e da resolução imediata das tarefas democráticas pendentes, que somente a classe operária, os camponeses e demais oprimidos podem encarnar", afirmou o ex-professor da PUC-SP, Erson Martins, no editorial da revista. A professora Maria Lúcia Barroco, diretora da APROPUC, na apresentação da revista chama atenção para o fato de que nada foi feito de concreto para melhorar a vida do povo haitiano desde o início da ocupação no país

"Vários artigos analisam o que foi feito concretamente desde o início da missão militar da ONU, em 2004: não foram construídas escolas, nem rede de saneamento básico, não foram construídos hospitais. Grande quantidade de famílias está desabrigada, vivendo em lugares públicos ou nas ruas, sujeitos a doenças, epidemias e fomes". A revista também discute a história do povo haitiano, que promoveu a segunda guerra de independência da América (atrás apenas dos Estados Unidos), em 1804 com um levante que reuniu os escravos do país e derrotou o poderoso exército napoleônico. Os artigos da revista são de Franck Seguy, Ricardo Melani, Osvaldo Coggiola, Simone Ishibashi, Otávio, Calegari, Centro Gumilla de Caracas, Renel Prospre, Jacques Roumain, Batay Ouvriye, Batay Ouvriye. O lançamento da revista ainda não está marcado, mas contará com parte dos arti-



culistas que escreveram para esta edição. O **PUCviva** divulgará com antecedência a data e o local da atividade. A APROPUC está preparando mais duas revistas: a **PUCviva** nº 38 debaterá a crítica ao esporte e os inte-

ressados em escrever artigos poderão entregá-los até o dia 28/2. Já a Cultura Crítica tratará da obra de Noel Rosa e Adoniran Barbosa, compositores populares cujo centenário foi comemorado em 2010.

Professores terão novo reajuste em janeiro

Os salários dos professores deverão ser novamente reajustados em janeiro, o que corresponde à última etapa de composição do índice previsto na convenção coletiva de trabalho em 2010. O acordo prevê um reajuste de 5,5% sobre o salário de março de 2009. O índice

de reajuste do ensino superior neste ano foi elaborado de modo escalonado: 4% em março; 5% em setembro; completando 5,5% em janeiro de 2011. É importante ressaltar que o cálculo de cada etapa do reajuste deve ser sempre sobre o salário de março de 2009.

NU-Sol organiza aula-teatro

O Núcleo de Sociabilidade Libertária (NU-Sol) fará no dia 24/2, a partir das 19h30, aula-teatro 8. O evento é gra-

tuito e acontecerá no TUCA. Os interessados devem comparecer uma hora antes para retirar os convites.

Curso sobre emprego apoiado

Entre os dias 31/1 e 11/2 será organizado um curso sobre Deficiência, Planejamento Centrado na Pessoa e Emprego Apoiado. O objetivo do curso é a inserção de pessoas com deficiências, graves e/ou "incapacidades" no mercado comum de trabalho, mediante a metodologia do Emprego Apoiado. O

evento possui uma perspectiva estratégica de transferência de tecnologia. O curso é uma iniciativa de política pública do Ministério da Ciência e Tecnologia / Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social em parceria com o Instituto de Tecnologia Social (MCT/SECIS / ITS Brasil).

Consad aprova eventos

Na primeira reunião do ano, o Consad aprovou diversos eventos. Segundo o reitor Dirceu de Mello pelo menos 50 atividades serão realizadas neste semestre na uni-

versidade. Uma professora, no entanto, levantou que a nova burocracia para a realização de eventos tem afastado diversos eventos importantes da universidade.